



RELATÓRIO E CONTAS- BOLSA DE VALORES DE MOÇAMBIQUE, S.A. 2025

BOLSA DE VALORES DE MOÇAMBIQUE, S.A.

Demonstrações Financeiras Auditadas

31 De Dezembro de 2025

BOLSA DE VALORES DE MOÇAMBIQUE, S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS – 31 DE DEZEMBRO DE 2025

ÍNDICE	PÁGINA
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	1
BALANÇO	5
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	6
DEMONSTRAÇÃO FLUXOS DE CAIXA	7
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	8
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	9
1. INTRODUÇÃO.....	10
2. PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS	12
3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PRESSUPOSTOS CONTABILISTICOS ...	18
4. ACTIVOS TANGÍVEIS	19
5. ATIVOS INTANGÍVEIS	20
6. CLIENTES	21
7. OUTROS ACTIVOS CORRENTES	22
8. CAIXA E BANCOS	24
9. CAPITAL PRÓPRIO	24
10. EMPRÉSTIMOS	25
11. FORNECEDORES	26
12. IMPOSTOS A PAGAR.....	26
13. OUTROS PASSIVOS CORRENTES	27
14. VENDAS DE SERVIÇOS.....	28
15. CUSTOS COM PESSOAL	32
16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DE TERCEIROS	33
17. GANHOS E PERDAS OPERACIONAIS	34
18. RESULTADO FINANCEIRO	35
19. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	35
20. PARTES RELACIONADAS	37
21. RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS	38
22. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	40
23. EVENTOS SUBSEQUENTES	45
24. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	45
25. CONTINUIDADE DAS OPERAÇÕES.....	46

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maputo, aos 29 de Maio de 2026

À
CORREIA CACHO & ASSOCIADOS, LDA.
Maputo-Moçambique

Exmos. Senhores,

A presente carta é emitida em conexão com a auditoria às demonstrações financeiras da **Bolsa de Valores de Moçambique, S.A. ("BVM" ou "Sociedade")**, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, preparada para permitir a emissão da vossa opinião independente sobre se as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Sociedade naquela data, bem como o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício então findo.

Na qualidade de Conselho de Administração da Bolsa de Valores de Moçambique, S.A., reconhecemos a nossa responsabilidade pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras, em conformidade com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF) e demais requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Para efeitos de identificação, as demonstrações financeiras objecto da presente declaração apresentam os seguintes valores resumidos (*Saldos expressos em Meticals*) :

Descrição	31-dez-2025	31-dez-2024
Total do Activo	2 439 911 049	2 547 294 801
Total do Passivo	67 376 001	159 633 048
Total do Capital Próprio	2 372 535 048	2 387 661 753
Resultado Líquido do Exercício	35 271 039	251 988 771

Descrição	31-dez-2025	31-dez-2024
Total de Receitas	692 318 943	932 062 367
Total de Gastos	(657 047 904)	(680 073 596)



Confirmamos que:

Responsabilidade pelas Demonstrações Financeiras

1. As demonstrações financeiras foram preparadas sob a responsabilidade da Administração e reflectem adequadamente, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira, desempenho e fluxos de caixa da Sociedade.
2. Foram adoptadas políticas contabilísticas apropriadas e aplicadas de forma consistente.
3. Todos os registos contabilísticos, documentos de suporte e demais informações solicitadas no âmbito da auditoria foram disponibilizados aos auditores.
4. Todas as transacções relevantes ocorridas durante o exercício foram adequadamente registadas e reflectidas nas demonstrações financeiras.

Activos, Passivos e Contingências

5. Não temos conhecimento de ónus, encargos ou restrições relevantes sobre os activos da Sociedade para além daqueles adequadamente divulgados nas demonstrações financeiras.
6. Todos os passivos conhecidos, contingências, compromissos e responsabilidades existentes à data de relato foram adequadamente reconhecidos ou divulgados nas demonstrações financeiras.
7. Não temos conhecimento de litígios, reclamações, processos judiciais ou administrativos adicionais que devam ser reconhecidos ou divulgados para além dos constantes das notas explicativas às demonstrações financeiras.
8. Confirmamos que os assuntos relacionados com o imóvel e investimentos associados descritos na Nota 21 foram integralmente comunicados aos auditores, incluindo a documentação disponível, pareceres jurídicos obtidos e avaliação efectuada pela Administração relativamente aos potenciais impactos financeiros.

Conformidade Legal e Regulatória

9. Não temos conhecimento de violações relevantes de leis, regulamentos ou normas aplicáveis à Sociedade que possam afectar materialmente as demonstrações financeiras.
10. Todas as comunicações relevantes recebidas das entidades reguladoras e de supervisão, incluindo o Banco de Moçambique e demais autoridades competentes, foram disponibilizadas aos auditores.
11. A Administração encontra-se a acompanhar a implementação das recomendações emitidas pelas entidades de supervisão, incluindo aquelas decorrentes das inspecções realizadas pelo Banco de Moçambique.



Fraude e Controlo Interno

12. Somos responsáveis pela implementação e manutenção de um sistema adequado de controlo interno destinado à prevenção e detecção de fraudes e erros.
13. Não temos conhecimento de situações de fraude material envolvendo membros dos órgãos sociais, colaboradores ou terceiros que possam ter impacto relevante nas demonstrações financeiras.
14. Não temos conhecimento de alegações de fraude ou irregularidades susceptíveis de afectar materialmente a Sociedade e que não tenham sido comunicadas aos auditores.

Partes Relacionadas

15. Todas as relações e transacções com partes relacionadas do conhecimento da Administração foram adequadamente identificadas, registadas e divulgadas nas demonstrações financeiras.

Continuidade das Operações

16. A Administração considera apropriada a utilização do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.
17. Não temos conhecimento de eventos ou circunstâncias que possam colocar em causa a continuidade das operações da Sociedade para além dos factores de risco e incertezas adequadamente divulgados nas demonstrações financeiras.

Eventos Subsequentes

18. Todos os eventos ocorridos entre 31 de Dezembro de 2025 e a data da presente carta que possam requerer ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras foram adequadamente considerados.

Aprovação

19. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 foram analisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Bolsa de Valores de Moçambique, S.A.

A presente declaração é prestada de boa-fé e com base no melhor conhecimento e convicção da Administração à data da sua assinatura.



BOLSA DE VALORES DE MOÇAMBIQUE
Pelo Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração

Dr. Pedro Frederico Cossa

PCA

Dr. Alcino Ernesto Michaque

Administrador do Pelouro de Operações e Mercado

Dra. Virginia de Bom Sucesso Vasco

Administradora do Pelouro de Administração e Finanças



**CORREIA
CACHÓ &
ASSOCIADOS**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras da BOLSA DE VALORES DE MOÇAMBIQUE, S.A., que compreendem o Balanço que evidencia um total de activos de MZN 2 439 911 049, um total de capital próprio positivo de MZN 2 372 535 048, incluindo um resultado líquido positivo de MZN 35 271 039, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das principais políticas contabilísticas adotadas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas reflectem de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da BOLSA DE VALORES DE MOÇAMBIQUE, S.A. em 31 de Dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF).

Base para opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Auditores e Contabilistas de Moçambique (OCAM). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras” do presente relatório.

Somos independentes da Sociedade de acordo com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Acreditamos que a prova de auditoria obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião sem reserva.

Ênfase

Sem qualificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 23 às demonstrações financeiras, a qual descreve assuntos relacionados com investimentos patrimoniais, regularização documental e acompanhamento de responsabilidades potenciais associadas a processos de natureza jurídica e contratual em curso.

Conforme divulgado pela Administração, a Sociedade encontra-se a acompanhar assuntos relacionados com a aquisição e desenvolvimento de um imóvel destinado às suas actividades operacionais, incluindo adiantamentos e pagamentos efectuados acumulados estimados em aproximadamente USD 7.500.000.



**CORREIA
CACHÓ &
ASSOCIADOS**

SOCIEDADE DE AUDITORES E
CONTABILISTAS CERTIFICADOS, LDA

Rua da Imprensa 256,
3º Andar Porta 303, Maputo

Tel: (+258) 21 311974
Fax: (+258) 21 311973

Cel: +258 84 3030332
www.info@cca.co.mz

À data da aprovação das presentes demonstrações financeiras, encontravam-se em curso diligências de natureza administrativa, documental e jurídica relacionadas com o referido investimento, não tendo sido identificados elementos objectivos que evidenciem a existência de perdas prováveis ou obrigações presentes que justifiquem o reconhecimento de provisões ou ajustamentos adicionais às demonstrações financeiras.

A Administração mantém o acompanhamento da evolução destes assuntos e considera que os registos contabilísticos reflectem adequadamente a informação disponível à data de relato.

A nossa opinião não é modificada relativamente a esta matéria.

Responsabilidade da Direcção pelas Demonstrações Financeiras

A Direcção é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF), e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, a Direcção é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que a Direcção tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O conselho de Direcção é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte profissional durante a auditoria e, também:

Identificámos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondem a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido ao erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.



**CORREIA
CACHÓ &
ASSOCIADOS**

Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo conselho de administração. *Este relatório deverá ser lido em conjunto com as demonstrações financeiras preparadas pela BOLSA DE VALORES DE MOÇAMBIQUE, S.A., Balanço; Demonstração de resultados, Mapa Variação de capitais próprios, Demonstração de Fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas.*

Maputo, 29 de Maio 2026

CORREIA CACHÓ & ASSOCIADOS, LDA.

Sociedade de Auditores Certificados N°06/SAC/OCAM/2014
representada por:

Auditor Certificado N°06/SAC/OCAM/2014
Carlos Manuel Correia Cachó
Sócio- Gerente
MOÇAMBIQUE



BALANÇO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

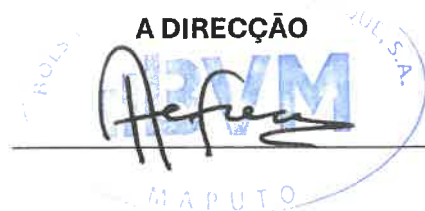
(Valores expressos em MZN)

Descrição	Notas	31-dez-25	31-dez-24
ACTIVOS			
Activos não correntes			
Activos tangíveis	4	520 824 065	522 308 878
Activos intangíveis	5	22 319 233	46 228 104
Total Activos não correntes		543 143 298	568 536 982
Activos correntes			
Clientes	6	618 794 905	284 651 883
Outros activos correntes	7	123 520 540	102 821 204
Caixa e bancos	8	1 154 452 306	1 591 284 732
Total Activos correntes		1 896 767 751	1 978 757 819
Total dos Activos		2 439 911 049	2 547 294 801
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVOS			
Capital social		646 500 000	1 500 000
Fundos para activos tangíveis		-	413 629
Fundos para activos intangíveis		-	7 405 587
Prestações suplementares		1 489 172 982	-
Reservas		163 792 669	305 000
Resultados transitados		37 798 358	2 126 048 766
Resultado líquido do período		35 271 039	251 988 771
Total Capital Próprio	9	2 372 535 048	2 387 661 753
Passivos correntes			
Empréstimos obtidos	10	301 107	139 480
Fornecedores	11	10 256 669	12 224 336
Impostos por pagar	12	46 750 962	138 039 121
Outros passivos correntes	13	10 067 263	9 230 111
Total Passivos		67 376 001	159 633 048
Total Capital Próprio e Passivos		2 439 911 049	2 547 294 801

O TÉCNICO DE CONTAS



A DIRECÇÃO



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em MZN)

Descrição	Notas	2025	2024
Venda de serviços	14	544 106 610	632 071 773
Custos com o pessoal	15	(425 861 987)	(336 376 891)
Fornecimentos e serviços de terceiros	16	(137 307 336)	(126 047 563)
Amortizações	4-5	(42 561 634)	(48 874 262)
Ajustamentos de contas a receber	6.1	13 940 356	(14 954 911)
Outros ganhos e perdas operacionais	17	(10 181 953)	(16 665 854)
Resultado operacional		(57 865 944)	89 152 292
Rendimentos financeiros	18	134 231 977	299 965 306
Gastos financeiros	18	(5 737 583)	(7 948 490)
Resultados antes do imposto		70 628 850	381 169 108
Imposto sobre rendimento	19	(35 357 811)	(129 180 337)
Impostos diferidos		-	-
Resultados líquidos do período		35 271 039	251 988 771

O TÉCNICO DE CONTAS



A DIRECÇÃO



DEMONSTRAÇÃO FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em MZN)

Descrição	Notas	2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Resultado líquido do período		35 271 039	251 988 771
Amortizações	4-5	42 561 634	48 874 262
Mais ou menos valias		-	(2 629 688)
Juros e gastos similares (líquido)		-	-
Aumento/redução impostos a pagar	12	(91 288 160)	126 597 565
Aumento/redução clientes	6	(334 143 022)	(119 292 991)
Aumento/redução outros activos correntes	7	(20 699 336)	(45 873 002)
Aumento/redução fornecedores	11	(1 967 667)	2 402 542
Aumento/redução outros passivos correntes	13	837 152	(5 392 814)
Caixa líquida gerada actividades operacionais		(369 428 360)	256 674 645
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Aquisição activos tangíveis e intangíveis	4-5	(17 167 949)	(482 510 472)
Alienação activos tangíveis		-	3 825 000
Caixa líquida usada actividades investimento		(17 167 949)	(478 685 472)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Empréstimos e financiamentos obtidos	10	161 627	(151 354)
Dividendos pagos		(50 397 744)	-
Caixa líquida usada actividades financiamento		(50 236 117)	(151 354)
Variação de caixa e equivalentes		(436 832 426)	(222 162 181)
Caixa e equivalentes no início do período	8	1 591 284 732	1 813 446 913
Caixa e equivalentes no fim do período	8	1 154 452 306	1 591 284 732

O TÉCNICO DE CONTAS



A DIRECÇÃO



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em MZN)

Descrição	Capital Social	Fundos para meios imobilizados	Reservas	Prestações suplementares	Resultados Transítidos	Resultado Líquido	Total Capital Próprio
Saldo a 01 Janeiro 2025	1 500 000	7 819 216	305 000	-	2 126 048 766	251 988 852	2 387 661 83
Aplicação do resultado do exercício anterior	-	-	163 487 669	-	88 501 183	(251 988 852)	-
Reclassificação de fundos para nova estrutura societária	-	(7 819 216)	-	-	7 819 216	-	-
Reconhecimento de prestações suplementares	-	-	-	1 489 172 982	(1 489 172 982)	-	-
Aumento de capital social	645 000 000	-	-	-	(645 000 000)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(50 397 744)	-	(50 397 744)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	35 271 039	35 271 039
Saldo a 31 Dezembro 2025	646 500 000	-	163 792 669	1 489 172 982	37 798 358	35 271 039	2 372 535 048

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em MZN)

Descrição	Capital Social	Fundos para meios imobilizados	Reserva Legal	Resultados transitados	Resultado líquido	Total Capital Próprio
Saldo a 01 de Janeiro de 2024	1 500 000	7 819 216	305 000	1 782 960 348	343 088 418	2 135 672 982
Aumento	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado	-	-	-	343 088 418	(343 088 418)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-
Outras operações em capital próprio	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	251 988 771	251 988 771
Saldo a 31 Dezembro de 2024	1 500 000	7 819 216	305 000	2 126 048 766	251 988 771	2 387 661 753

TÉCNICO DE CONTAS



À DIRECÇÃO



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS

1. INTRODUÇÃO

Denominação social	Bolsa de Valores de Moçambique, S.A.		
Natureza jurídica	Sociedade Anónima		
Sede	Avenida 25 de Setembro 1230. 5º andar, bloco 5 Maputo - Moçambique		
Data da constituição	Setembro de 1998		
NUIT	401638075		
Conselho de Administração	Presidente: Pedro Frederico Cossa Administradores: • Alcino Ernesto Michaque • Virginia de Bom Sucesso Vasco • Gabriel Serafim Muthisse • Basílio Nelson Zaqueu • José Artur Gouveia Coelho • Dino Mamudo Foi		
Conselho Fiscal	Presidente: Manuel Joaquim Matavel Vogais: • Maria Helena Obede Uache • Arone Macuácua		
Advogados	TTA Sociedade de Advogados		
Bancos	Banco de Moçambique; Banco Comercial e de Investimentos (BCI); Standard Bank; ABSA Bank Moçambique		
Acionista	Descrição	Valor MZN	%
	Estado Moçambicano	646 500 000	100
	Total	646 500 000	100

A **Bolsa de Valores de Moçambique, S.A. (BVM, S.A.)** é uma sociedade anónima criada para assegurar a organização, gestão e manutenção do mercado secundário centralizado de valores mobiliários em Moçambique, contribuindo para o desenvolvimento do mercado de capitais e para o fortalecimento do sistema financeiro nacional. A sua constituição foi autorizada pelo Decreto n.º 18/2023, de 28 de Abril, tendo sucedido à Bolsa de Valores de Moçambique – Instituto Público, mediante a transferência dos recursos humanos, financeiros, patrimoniais, direitos e obrigações anteriormente afectos à entidade extinta.

Nos termos dos seus Estatutos, a BVM, S.A. tem por objecto a organização, gestão e manutenção do mercado secundário centralizado de valores mobiliários, bem como a prestação de serviços conexos ao mercado de capitais, incluindo actividades de negociação, compensação, liquidação, codificação de valores mobiliários, divulgação de informação financeira, investigação, consultoria, formação e desenvolvimento de soluções tecnológicas orientadas ao mercado financeiro.

No desenvolvimento das suas actividades, a Sociedade orienta a sua actuação por princípios de boa governação, eficiência operacional e desenvolvimento sustentável do mercado financeiro nacional.

Missão

Promover o crescimento competitivo do mercado secundário centralizado de valores mobiliários em benefício da economia moçambicana.

Visão

Ser uma praça financeira relevante ao nível regional, com produtos e serviços atractivos e inovadores.

Valores Institucionais

A Bolsa de Valores de Moçambique pauta a sua actuação pelos seguintes valores institucionais:

- Inovação;
- Competência;
- Eficiência;
- Inclusão;
- Equidade;
- Transparência.

Os valores institucionais representam princípios fundamentais que orientam a conduta da Sociedade e suportam o seu relacionamento com accionistas, investidores, intermediários financeiros, emitentes, reguladores e demais participantes do mercado.

Bases de preparação e declaração de cumprimento

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam à data de 31 de Dezembro de 2025, foram preparadas em conformidade com o Plano Geral de Contabilidade baseado nos termos previstos no PGC-NIRF, e, em consequência, com base no princípio do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF). As demonstrações Financeiras foram igualmente preparadas com base nos princípios do acréscimo e da continuidade. Na apresentação destas demonstrações financeiras, não foi derogada qualquer disposição do PGC-NIRF e não existem situações que afectem a comparabilidade das diversas rubricas contabilísticas.

Note-se, no entanto, que a preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC-NIRF exige que a Direcção formalize julgamentos, estimativas e pressupostos, que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 3. Consequentemente, estas demonstrações financeiras reflectem o resultado das operações e a posição financeira da entidade com referência a 31 de Dezembro de 2025, sendo apresentadas em Meticais, arredondadas ao Metical (MZN) mais próximo.

2. PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS

2.1 Activos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço pago pela propriedade do activo e todos os custos directamente incorridos para o colocar no estado de funcionamento. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a entidade. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos a partir da data em que os bens entram em funcionamento por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração de resultados. As perdas de imparidade detectadas no valor de realização dos activos tangíveis são registadas no ano em que se estimam por contrapartida da rubrica "Outros ganhos e perdas operacionais" da demonstração de resultados. As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens que são as seguintes:

Meio imobilizado	Vida útil esperada (em anos)	Método de Contabilização
Equipamento de transporte	5	Quotas constantes
Mobiliário social e administrativo	4-10	Quotas constantes

A entidade efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação conforme apropriado sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

As despesas correntes com reparação e manutenção dos activos tangíveis são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respectivos bens são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os activos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção ou desenvolvimento encontrando-se as mesmas registadas ao custo de aquisição. Estas imobilizações são amortizadas a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

Periodicamente são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. A entidade procede à reversão das perdas por imparidade nos resultados do período caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso sendo este calculado com base nos fluxos de caixa estimados que se esperam a vir obter do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados do período aquando da sua anulação do reconhecimento.

2.2. Activos intangíveis

Os activos intangíveis da entidade no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

A entidade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável sendo a diferença caso exista reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.2 Clientes e dívidas de terceiros

São reconhecidos inicialmente pelo justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado deduzido de perdas por imparidade, de modo a reflectir o respectivo valor realizável.

As perdas por imparidade são reconhecidas sempre que existam evidências objectivas de que a entidade não será capaz de receber todos os montantes em dívida de acordo com os termos originais das contas a receber.

A avaliação da existência de imparidade considera diversos factores, incluindo:

- Antiguidade dos saldos;
- histórico de recebimentos;
- situação financeira dos clientes;
- pagamentos subsequentes;
- evidências disponíveis relativas à recuperabilidade dos saldos;
- outros factores considerados relevantes pela Administração.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "*Caixa e equivalentes de caixa*" correspondem aos valores de depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

2.4 Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas em outros activos correntes ou não correntes. Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor deduzidos dos custos de transacção, após o reconhecimento inicial pelo custo amortizado usando o método do juro efectivo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a menos que a entidade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data do balanço.

2.5 Custo dos empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos são capitalizados fazendo parte de activos elegíveis. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do activo ou ainda quando o projecto em causa encontra-se numa fase de suspensão.

2.6 Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa à essa data.

2.7 Imposto sobre o rendimento

O imposto corrente é o imposto que se espera pagar sobre as receitas tributáveis do ano, utilizando as taxas de impostos estipuladas por lei ou substancialmente estipuladas por lei à data do balanço e qualquer ajustamento ao imposto a pagar respeitante a anos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação.

2.8 Especialização de exercícios e rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de "Outros activos correntes" e "Outros passivos correntes" são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos e descontos.

2.9 Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma. Os contratos de locação são classificados como:

- (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como
- (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse. Nas locações consideradas como operacionais as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

2.10 Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira (diferente da moeda funcional) foram convertidos para Meticais, utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registados como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício.

Descrição	Moeda	31-dez-25	
		Compra	Venda
Dólar americano	USD	63,27	64,54
Euro	EUR	74,28	75,77
ZAR	ZAR	3,81	3,89

Descrição	Moeda	31-dez-24	
		Compra	Venda
Dólar americano	USD	63,27	64,24
Euro	EUR	65,91	67,24
ZAR	ZAR	3,37	3,44

2.11 Benefícios dos empregados

As contribuições definidas para o Sistema de Segurança Social são geralmente financiadas pelos empregados (em 3% do salário bruto) e pela empresa (em 4% do salário bruto). Para o caso do funcionário público transferido da BVM, IP para a BVM, S.A., tem contribuições definidas para a Previdência Social que são financiadas pelos empregados (7% para aposentação, 1,5% para a assistência médica e 0.5% para subsídio de funeral, todos incidem sobre o salário bruto) e pela BVM (7% do salário bruto) A empresa não tem obrigações adicionais sempre que as contribuições tenham sido pagas. As contribuições são reconhecidas como despesas com benefícios dos empregados quando são devidos.

2.12 Imparidades de activos

É efectuada uma avaliação de imparidade à data do balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de "Outros custos operacionais". A quantia recuperável, é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como resultados operacionais. Contudo, a reversão de uma perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.13 Contingências

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota. Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PRESSUPOSTOS CONTABILISTICOS

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Direcção da entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assumpções efectuadas pelo Conselho de Direcção foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem:

(i). Vida útil dos activos tangíveis e intangíveis

A entidade reavalia continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis e intangíveis. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo. Caso se entenda necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes (avaliações efectuadas no transacto).

(ii). Provisões

Foram constituídas para fazer face à perdas prováveis de dívidas de cobrança duvidosa em que a entidade é parte interessada, atendendo à expectativa de perda da Direcção, sustentada na informação prestada pelos seus assessores da contabilidade, sendo objecto de revisão anual.

(iii). Impostos

A entidade está isenta de pagamento de alguns impostos, tal como o IVA. Contudo, paga o IRPC, IRPS e Segurança Social dos seus trabalhadores, entregando uma parte ao INSS (no caso dos funcionários directamente contratados pela entidade) e outra parte às Finanças, (no caso dos funcionários afectos ao Ministério, nomeadamente no que respeita aos valores que incidem sobre as aposentações, despesas funerárias e assistência médica).

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pela entidade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da entidade sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Por outro lado, as Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição fiscal da entidade durante um período de 5 anos, podendo resultar, devido as diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC e IVA, eventuais correcções.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela *NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros*.

4. ACTIVOS TANGÍVEIS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em MZN)

Descrição	Saldo Final 31/12/2025	Adições	Abates/ Transferências	Saldo Inicial 01/01/2025
Custo				
Mobiliário e equipamento	55 512 548	5 306 347	-	50 206 201
Equipamento de transporte	131 333 526	9 167 500	-	122 166 026
Investimentos em curso	483 354 205	2 319 395	-	481 034 810
	670 200 279	16 793 242	-	653 407 037
Depreciações acumuladas				
Mobiliário e equipamento	45 404 152	4 402 342	-	40 838 909
Equipamento de transporte	106 110 717	18 875 712	-	90 259 251
	149 376 214	18 278 054	-	131 098 160
Activos tangíveis líquidos	520 824 065			522 308 877

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em MZN)

Descrição	31/12/2024	Adições	Abates	Transferências	31/12/2024
Custo					
Mobiliário e equipamento	50 206 201	2 514 026	-	-	47 692 175
Equipamento de transporte	122 166 026	-	3 825 000	-	125 991 026
Investimentos em curso	481 034 810	479 996 446	-	-	1 038 364
	653 407 037	482 510 472	3 825 000	-	174 721 561
Depreciações acumuladas					
Mobiliário e equipamento	40 838 909	4 103 854	-	-	36 735 055
Equipamento de transporte	90 259 251	20 232 399	2 629 688	-	72 656 539
	131 098 160	24 336 253,00	2 629 688	-	109 391 594
Activos tangíveis líquidos	522 308 877			-	65 329 971

5. ATIVOS INTANGÍVEIS**Exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Valores expressos em MZN)

Descrição	Saldo Final 31/12/2025	Adições	Abates	Transferências	Saldo Inicial 01/01/2025
Custo					
Encargos constituição empresa	213 900	-	-	-	213 900
Millennium IT	55 255 280	-	-	-	55 255 280
PHC	322 920	-	-	-	322 920
Plataforma gestão documental	585 591	-	-	-	585 591
Software	23 834 647	374 707	-	-	23 459 940
Sistema de negociação	79 967	-	-	-	79 967
	80 292 306	347 707	-	-	79 917 598
Amortizações acumuladas					
Programas informáticos	57 973 073	24 283 580	-	-	33 689 493
	57 973 073	-	-	-	33 689 493
Activos Intangíveis líquido	22 319 233	24 383 580			46 228 104

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em MZN)

Descrição	31/12/2024	Adições	Abates	Transferências	31/12/2023
Custos					
Encargos constituição empresa	213 900,00	-	-	-	213 900
Millennium IT	55 255 280	-	-	-	55 255 280
PHC	322 920	-	-	-	322 920
Plataforma gestão documental	585 591	-	-	-	585 591
Software	23 459 940	-	-	-	23 459 940
Sistema de negociação	79 967	-	-	-	79 967,00
	79 917 598	-	-	-	79 917 598
Amortizações acumuladas					
Programas informáticos	33 689 493	24 538 009	-	-	9 151 484,00
	33 689 493	24 538 009	-	-	9 151 484
Activos Intangíveis líquidos	46 228 104				70 766 113

6. CLIENTES

O saldo desta rubrica é composto por responsabilidades de terceiros à favor da **BVM, S.A.**, conforme ilustra a tabela a seguir:

(Valores expressos em MZN)

Descrição	2025	2024
Direcção Nacional de Gestão da Dívida Pública	599 069 729	292 477 438
First Capital Bank, S.A.	3 658 753	2 424 860
MATAMA – Matadouro Industrial da Manhica, S.A.	3 363 884	3 013 884
Absa Bank Moçambique, S.A.	3 026 008	1 026 008
MCM – Indústrias Têxteis, S.A.	2 950 000	2 600 000
FNB Moçambique, S.A.	2 100 000	475 000
Bayport Serviços Financeiros Moçambique	1 952 512	229 138
TMCEL – Moçambique Telecom, S.A.	1 326 293	1 326 293
Banco Big Moçambique, S.A.	1 119 966	317 754
Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.	708 000	472 000
Microbanco Confiança, S.A.	698 142	400 000
Moza Banco, S.A.	627 758	-
Banco Nacional de Investimento, S.A.	594 556	18 450
SERVICRED Microbanco, S.A.	574 650	-
Companhia de Moçambique, S.A.	539 231	539 231
Clientes diversos	10 276 607	7 063 367
Total Bruto	632 586 089	312 383 423
Saldo total à transporter	632 586 089	312 383 423

Descrição	2025	2024
Saldo transporte	632 586 089	312 383 423
Perdas por imparidade acumulada (Nota 6.1)	(13 791 184)	(27 731 540)
Total líquido	618 794 905	284 651 883

6.1. Perdas por Imparidade Acumuladas

A Administração procede à avaliação periódica da recuperabilidade dos saldos de clientes e reconhece perdas por imparidade quando existam evidências objetivas de dificuldade na recuperação dos montantes em dívida. Na avaliação são considerados fatores como antiguidade dos saldos, histórico de recebimentos, pagamentos subsequentes e outras informações relevantes disponíveis à data de relato.

(Valores expressos em MZN)

Descrição	2025	2024
Em 01 de Janeiro	27 731 540	12 776 629
Adições	-	14 954 911
Uso	(13 940 356)	-
Reversões	-	-
Em 31 de Dezembro	13 791 184	27 731 540

7. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Descrição	31-dez-25	31-dez-24
Outros devedores		
Pessoal	1 458 743	975 764
Estado e outras entidades	30 983 965	30 983 965
Devedores diversos	485 117	610 629
Subtotal	32 928 425	32 570 358
Saldo total à transportar	32 928 425	32 570 358

Descrição	31-dez-25	31-dez-24
Transporte de Saldo	32 928 425	32 570 358
Adiantamentos a fornecedores		
Hotel Polana	90 000	90 000
Premier Group, Lda.	4 560 000	-
Florista Bela Flor, El	137 344	-
Outros	720 815	16 842
Subtotal	5 508 159	106 842
Estado devedor		
IRPC	83 831 412	61 225 033
Previdência Social		-
INSS		-
Outros rendimentos	1 251 544	-
Subtotal	85 083 956	61 225 033
Acréscimos e diferimentos		
Juros a receber	-	7 748 308
Outros gastos diferidos	-	1 170 662
Subtotal	-	8 918 970
Total Outros Activos Correntes	123 520 540	102 821 204

O saldo de “Estado e outros organismos” é referente às transferências de 60% do valor das receitas das taxas resultantes da admissão, readmissão, e manutenção na cotação, assim como de todas as operações resultantes de sessões normais de bolsa, que a entidade efectua para as contas do Estado, de acordo com o nº 1 do art.º 100 do Decreto-Lei n. 4/2009.

8. CAIXA E BANCOS

O saldo desta rubrica representa os saldos dos montantes em caixa, depositados e/ou constantes nas contas bancárias pertencentes a BVM, S.A., com referência a 31 de Dezembro de 2025.

(Valores expressos em MZN)

Descrição	Moeda	31-dez-25	31-dez-24
Caixa			
Caixa Fundo de Maneio	MZN	717	1 002
Subtotal Caixa		717	1 002
Bancos			
Depósitos à ordem			
Banco de Moçambique – 2222511005	MZN	5 038 845	21 549 351
Banco de Moçambique – 00408051301	MZN	3 637 760	15 654 227
Banco Comercial e de Investimentos – 440001810001	MZN	19 762 118	40 290 489
Standard Bank – 108-198505-100-7	MZN	10 818 378	7 701 796
ABSA c/ 0038104001076	MZN	62 018 663	198 824 893
Subtotal Depósitos à ordem		100 673 557	284 020 756
Depósitos a prazo			
BCI 440001820012	MZN	50 000 000	100 000 000
ABSA c/ 0038104001076	MZN	150 000 000	642 000 000
Bilhetes de Tesouro	MZN	853 175 824	665 262 974
Subtotal Depósitos a prazo e BT		1 053 175 824	1 307 262 974
Total Caixa e Bancos		1 154 452 306	1 591 284 732

A rubrica de caixa e bancos inclui Bilhetes de Tesouro “outros instrumentos financeiros”, num montante de MZN 952 918 899 com maturidade igual ou inferior à 90 dias.

9. CAPITAL PRÓPRIO

(Valores expressos em MZN)

Descrição	31-dez-25	31-dez-24
Capital social	646 500 000	1 500 000
Fundos para activos tangíveis	-	413 629
Fundos para activos intangíveis	-	7 405 587
Reserva Legal	163 792 669	305 000
Reservas Livres	12 599 436	-
Reserva para Investimentos	151 193 233	-
Prestações Suplementares	1 489 172 982	-
Resultados transitados	37 798 358	2 126 048 766
Resultado líquido do período	48 027 618	251 988 852
Total Capital Próprio	2 385 291 627	2 387 661 834

Durante o exercício de 2025 verificaram-se alterações relevantes na estrutura patrimonial da Sociedade, decorrentes da implementação do novo modelo societário da Bolsa de Valores de Moçambique, S.A. e das deliberações aprovadas em Assembleia Geral.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em Abril de 2025, foi aprovada a aplicação dos resultados líquidos do exercício de 2024, no montante de MZN 251 988 852, através da seguinte distribuição:

- 5% para Reservas Livres,
- 20% para dividendos a favor do Estado,
- 60% para Reserva para Investimentos
- 15% para Resultados Transitados.

Adicionalmente, foi deliberado o reconhecimento da diferença entre o património líquido da BVM, IP e o capital social da BVM, S.A., no montante de MZN 1 489 172 982, como Prestações Suplementares, com o objetivo de assegurar a adequada representação contabilística e patrimonial da Sociedade após a transição para a estrutura societária de Sociedade Anónima.

Verificou-se igualmente o aumento do capital social da Sociedade de MZN 1 500 000 para MZN 646 500 000, em conformidade com o processo de reorganização societária e patrimonial aprovado pelos órgãos competentes. Os fundos anteriormente classificados como Fundos para Activos Tangíveis e Fundos para Activos Intangíveis foram absorvidos pela nova estrutura patrimonial implementada durante o exercício.

10. EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica corresponde ao valor dos cartões de crédito adquiridos junto ao BCI:

Descrição	31-dez-25	31-dez-24
Cartão de Crédito – 261 (BCI)	301 104	109 920
Cartão de Crédito – 256 (BCI)	-	29 560
Total Empréstimos Obtidos	301 104	139 480

11. FORNECEDORES

(Valores expressos em MZN)

Descrição	31-dez-25	31-dez-24
Teledata	-	68 333
Abari Communications	-	60 000
Cotur	657 004	-
2 Business, S.A.	-	667 282,00
Orbit Health Care Services Mozambique	593 076	71 005
Domus- Sociedade de Gestão imobiliária, SA4	760356	16 990
Mahomed e Companhia Lda.	508937	178 163
Boost Media, S.A.	588 584	-
ECN Empreendimentos Sociedade Unipessoal Lda.	564340	-
Hospital Privado de Moçambique	369 194	601 865
Caetano Formula Moçambique, S.A.	25 514	581 032
Triana Business Network	187 132	634 228
IRI (Inteligente Rápido Inovador)	-	23 200
Millennium IT	32	2 158 024
Moz Media Lab	357 006	119 002
Maximedia Limitada	-	87 000
Instituto do Coração	1 191 883	800 103
Mundi Consulting	-	1 445 029
Florista Bela Flor	132 344	132 344
MDZ Trade Lda.	1 490 461	955 662
Soluções Laser Moçambique	27 608	794 600
KJ Eat & Décor	131 330	371 200
Academia Consultoria e Serviços Universo, El	-	808 332
Eis Soluções	-	764 672
Outros	2 671 868	1 153 587
Total Fornecedores	10 256 669	12 224 336

12. IMPOSTOS A PAGAR

A rubrica Impostos a Pagar corresponde às obrigações fiscais da BVM, SA existentes à data de relato, incluindo retenções na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente, contribuições para a segurança social e a estimativa do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRPC) referente ao exercício de 2025.

No decurso do exercício, a Sociedade procedeu ao reconhecimento de uma estimativa do imposto corrente sobre o rendimento, calculada com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras e na aplicação da taxa legal de IRPC ao resultado tributável estimado. O apuramento definitivo do imposto será efectuado aquando da preparação e submissão da respetiva declaração Modelo 22.

Adicionalmente, a Sociedade possui créditos fiscais decorrentes de pagamentos por conta e retenções na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, os quais serão compensados com o imposto corrente apurado, resultando num saldo líquido a recuperar junto da Autoridade Tributária à data de 31 de Dezembro de 2025.

(Valores expressos em MZN)

Descrição	31-dez-25	31-dez-24
IRPC a pagar	22 601 232	129 180 256
Rendimentos de trabalho dependente	9 083 493	5 368 158
Outros rendimentos	-	199 579
Previdência Social	1 106 397	2 611 818
Segurança Social	1 203 261	679 229
Total Impostos a Pagar	33 994 382	138 039 040

13. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

(Valores expressos em MZN)

Descrição	31-dez-25	31-dez-24
Credores		
Outros credores	391 088	391 090
Subtotal Credores	391 088	391 090
Adiantamentos de clientes		
CDM – Cervejas de Moçambique, SA	512 613	728 218
Depositantes não identificados	8 348 662	7 345 869
Subtotal Adiantamentos de clientes	8 861 275	8 074 087
Acréscimos e diferimentos		
Auditoria	-	764 934
Outros	814 900	-
Subtotal Acréscimos e diferimentos	814 900	764 934
Total Outros Passivos Correntes	10 067 263	9 230 111

14. VENDAS DE SERVIÇOS

Descrição	Notas	2025	2024
Intermediários Financeiros – Taxa de manutenção	14.1	7 985 341	6 291 142
Taxa anual de manutenção no registo	14.2	750 000	1 225 000
Operações de Bolsa	14.3	34 612 207	40 085 123
Admissão à Cotação	14.4	4 478 228	4 778 298
Comissões pela emissão de Acções e Obrigações	14.5	375 669 415	466 883 957
CVM – Central de Valores Mobiliários	14.6	108 308 491	91 381 067
Operações – CVM	14.7	12 302 929	21 427 186
Total Vendas de Serviços		544 106 610	632 071 773

14.1. Intermediação financeira – Taxa de Manutenção

As entidades com valores mobiliários admitidos à cotação em bolsa pagam, a favor desta, uma taxa de manutenção periódica, que constitui contrapartida dos serviços gerais prestados pela bolsa de valores. A taxa de manutenção incide sobre o valor nominal do capital admitido, relativamente a cada emissão mantida na cotação, e é dos seguintes montantes: (Nº 6 do Artigo 100 do Decreto – Lei Nº 4/2009)

Contrapartida da cobrança de taxa	Montante emitido	Taxa
Obrigações	≤ 25 000,00	0,01%
Obrigações	> 25 000,00	0,00%
Acções	≤ 100 000,00	0,01%
Acções	> 100 000,00	0,01%
Outros valores mobiliários	≤ 100 000,00	0,02%
Outros valores mobiliários	> 100 000,00	0,16%

14.2. Taxa anual de manutenção no registo

Esta taxa é cobrada às entidades cotadas e operadoras de bolsa por cada emissão existente tem carácter anual e o seu montante é determinado através da aplicação do artigo 22 do Diploma Ministerial 130/2013 como detalhado abaixo:

Acto	Forma de representação	Títulos não cotados (%)	Títulos cotados (%)	Incidência	Mínimo	Máximo
Taxa Anual de Manutenção	Titulado	0,12	0,08	VN. Capital Social	10 000,00	350 000,00
Taxa Anual de Manutenção	Escritural	0,08	0,06	VN. Capital Social	10 000,00	350 000,00

14.3 Operações de Bolsa

Pela realização de operações de bolsa, quer em sessões normais, quer em sessões especiais, mas sem prejuízo do estabelecido no número seguinte, são devidas à bolsa de valores as seguintes taxas, de compra e de venda, a pagar respectivamente pelo operador de bolsa comprador e pelo operador de bolsa vendedor, que a repercutirão obrigatoriamente sobre os comitentes: (Nº 12 do Artigo 100 do Decreto – Lei Nº 4/2009)

Contrapartida da cobrança de taxa	Taxa
Obrigações	0,06%
Acções	0,10%
Outros valores mobiliários	0,20%
Fundos Públicos e Estrangeiros	0,40%

14.4 Admissão à Cotação

Admissão à Cotação Pela admissão à cotação de quaisquer valores mobiliários, pagarão as entidades emitentes as seguintes taxas, calculadas sobre o valor nominal do capital a admitir: (Nº 2 do Artigo 100 do Decreto – Lei Nº 4/2009).

Contrapartida da cobrança de taxa	Taxa
Obrigações	0,03%
Acções	0,05%
Outros valores mobiliários	0,10%

14.5. Comissões pela emissão de Acções e Obrigações

Estas receitas são referentes à aplicação das taxas indicadas na tabela abaixo sobre a emissão da dívida pelo Estado através do Ministério das Finanças com base no orçamento geral do Estado aprovado como resultado do serviço de organização montagem e monitorização da emissão das obrigações por parte da BVM.

Contrapartida da cobrança de taxa	Taxa
Organização, Montagem e Monitorização da Emissão	1,00%
Taxa de Realização de Operações de Bolsa	0,04%
Comissões de Subscrição aos Bancos	0,25%

14.6 CVM - Central de Valores Mobiliários

Na Central de Valores Mobiliários ocorrem as seguintes operações diversas, obedecendo ao preçário estabelecido pelo artigo 22 do Diploma Ministerial 130/2013.

14.6.1. Emitentes – Registo

Corresponde às receitas que resultam de registo de títulos na Central de Valores Mobiliários conforme indica a tabela abaixo:

Acto	Forma de representação	Títulos não cotados (%)	Títulos cotados (%)	Incidência	Mínimo	Máximo
Registo	Titulado	0,15	0,1	V. Nominal do Capital Social	20 000,00	500 000,00
Registo	Escritural	0,1	0,08	V. Nominal do Capital Social	20 000,00	500 000,00

14.6.2. Incorporação de Valores Mobiliários

O rendimento proveniente de Incorporação de Valores Mobiliários é apurado de acordo com o número de títulos emitidos e de acordo com a taxa inerente.

Acto	Forma de representação	Títulos não cotados (%)	Títulos cotados (%)	Incidência	Máximo
Registo	Titulado	0,15	0,1	Valor da incorporação	200 000,00
Registo	Escritural	0,1	0,08	Valor da incorporação	200 000,00

14.6.3. Pagamento de juros e equiparados

Corresponde a comissão de juros referente a vencimento de títulos.

Acto	Forma de representação	Títulos não cotados (%)	Títulos cotados (%)	Incidência	Máximo
Pagamento de juros e equiparados	Titulado	0,25	0,2	Valor bruto dos juros	1 500 000,00
Pagamento de juros e equiparados	Escritural	0,2	0,15	Valor bruto dos juros	1 500 000,00

14.6.4. Pagamento de dividendos

Comissão pelo Pagamento de Dividendos realizado pelas empresas cotadas.

14.6.5 Intermediários Financeiros – Filiação

Nesta rubrica são registadas receitas provenientes das taxas pela filiação à Central de Valores Mobiliários no valor de MZN 6 291142.

14.6.6. Emitentes -Taxa de Manutenção

Esta taxa é cobrada às entidades emitentes por cada emissão existente. Ela tem carácter anual e o seu montante é determinado conforme indica a tabela abaixo:

Acto	Forma de representação	Títulos não cotados (%)	Títulos cotados (%)	Incidência	Mínimo	Máximo
Taxa de Manutenção	Titulado	0,12	0,08	V.N. Capital Social	10 000,00	350 000,00
	Escritural	0,08	0,06	V.N. Capital Social		

14.6.7. Outras receitas

Corresponde as receitas provenientes da venda de cadernos e encargos às livrarias.

14.6.8. Operações – CVM

Corresponde as receitas provenientes da compra e venda de títulos transacionados na central de valores mobiliários.

Acto	Forma de representação	Títulos não cotados (%)	Títulos cotados (%)	Incidência
Transacções (compra e venda)	Titulado	0,35	0,3	Valor da operação
	Escritural	0,2	0,2	Valor da operação

15. CUSTOS COM PESSOAL

(Valores expressos em MZN)

Descrição	2025	2024
Remunerações aos órgãos sociais	15 579 190	7 889 765
Remunerações aos trabalhadores	330 856 989	270 039 934
Encargos sobre remunerações	12 798 201	12 266 557
Subsídio de férias	20 181 844	16 589 786
Ajudas de custo	21 373 593	6 031 438
Custos de acção social	265 348	481 210
Outros custos com pessoal	24 806 421	23 078 201
Total Custos com Pessoal	425 861 987	336 376 891

Número Médio de Trabalhadores

(Valores expressos em número de colaboradores)

Descrição	2025	2024
Administração	3	3
Operacional	68	60
Total	71	63

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DE TERCEIROS

Os gastos com fornecimentos e serviços de terceiros ascenderam a **MZN 137 297 593** em 2025, comparativamente a **MZN 126 047 563** em 2024, representando um aumento de **MZN 11 250 030** (8,9%).

A evolução desta rubrica encontra-se associada, em grande medida, ao processo de transformação institucional da Bolsa de Valores de Moçambique de Empresa Pública para Sociedade Anónima (S.A.), que implicou a implementação de iniciativas de reposicionamento institucional, actualização da identidade visual corporativa e reforço das actividades de comunicação e promoção da nova imagem institucional.

(Valores expressos em MZN)

Descrição	2025	2024
Electricidade	1 952 563	2 010 545
Combustíveis	10 950 703	10 691 760
Ferramentas de desgaste rápido	447 176	333 667
Material de manutenção e reparação de viaturas	2 868 282	2 605 225
Consumíveis informáticos	15 381 133	15 724 713
Material de Escritório	1 371 568	1 293 135
Livros e documentação técnica	281 244	32 272
Artigos para Oferta	4 705 076	7 925 000
Manutenção e Reparação	12 815 729	21 688 703
Transportes de pessoal	750	-
Comunicações	2 574 791	2 324 799
Publicidade e Propaganda	27 094 716	16 070 676
Deslocações e Estadias	12 190 673	6 338 141
Rendas & Alugueres	10 793 227	9 108 292
Seguros	4 065 362	3 650 520
Limpeza, Higiene & Conforto	2 156 256	1 549 682
Vigilância & Segurança	2 267 415	2 441 301
Trabalhos Especializados	16 556 742	13 016 145
Produtos de copa e diversos	2 525 880	1 172 710
Patrocínios & outros serviços	6 308 050	8 070 277
Total	137 307 336	126 047 563

18. RESULTADO FINANCEIRO

O saldo desta rubrica é composto da seguinte forma:

(Valores expressos em MZN)		
Descrição	2025	2024
Rendimentos financeiros		
Juros de depósitos a prazo	134 228 164	299 965 306
Diferenças de câmbio favoráveis (realizadas)	3 790	-
	134 231 977	299 965 306
Gastos financeiros		
Serviços bancários	(5 737 583)	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis (não realizadas)	-	(7 948 490)
	(5 737 583)	(7 948 490)
Resultado financeiro líquido	128 494 794	292 016 816

Os rendimentos financeiros referem-se essencialmente a juros gerados por aplicações financeiras, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros. Os gastos financeiros incluem perdas cambiais e outros encargos associados às operações financeiras da entidade.

19. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto corrente foi determinado com base no lucro tributável apurado para o exercício, em conformidade com as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRPC).

(Valores expressos em MZN)		
Descrição	2025	2024
Imposto sobre o rendimento	35 357 811	129 180 256
Total Imposto sobre o rendimento	35 357 811	129 180 256

Imposto corrente a pagar/recuperar

Em 31 de Dezembro de 2025, a Sociedade apresenta uma posição credora perante a Autoridade Tributária no montante de MZN 48.473.603, resultante do excesso de retenções na fonte e pagamentos por conta efectuados relativamente ao imposto corrente apurado para o exercício.

(Valores expressos em MZN)

Descrição	2025	2024
Resultado contabilístico antes do imposto	70 628 850	381 169 108
Imposto teórico à taxa de 32%	22 601 232	121 974 115
Efeito fiscal das despesas não aceites fiscalmente	12 756 579	7 206 141
Imposto corrente do exercício	35 357 811	129 180 256
Retenções na fonte sobre aplicações financeiras	(29 467 172)	(19 592 011)
Pagamentos por conta	(54 364 242)	-
Pagamentos especiais por conta	-	-
IRPC a recuperar	48 473 603	109 588 245

Reconciliação da matéria colectável

Descrição	2025
Resultado contabilístico antes do imposto	70 628 850
Provisões e imparidades não aceites fiscalmente	7 492 378
Multas e encargos similares	31 483
Ajudas de custo e compensações não dedutíveis	10 686 797
Publicidade e propaganda não aceite fiscalmente	21 653 650
Matéria colectável	110 493 158
Taxa de IRPC	32%
Imposto corrente do exercício	35 357 811

20. PARTES RELACIONADAS

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em Março de 2025 foi aprovada a ratificação da cessação de funções do Senhor Salim Ismael Valá como Presidente do Conselho de Administração e a eleição do Senhor Pedro Frederico Cossa para o cargo de Presidente do Conselho de Administração para o mandato 2025–2029.

Descrição	Natureza da relação – 2025	Natureza da relação – 2024
Estado Moçambicano (representado pelo IGEPE)	Accionista	Accionista
Direcção Nacional de Gestão da Dívida Pública (DNGDP)	Cliente	Cliente
Presidente do Conselho de Administração	Pedro Frederico Cossa	Salim Cripton Valá
Administrador – Pelouro de Operações e Mercado	Alcino Ernesto Michaque	Alcino Ernesto Michaque
Administradora – Pelouro de Administração e Finanças	Virginia de Bom Sucesso Vasco	Virginia de Bom Sucesso Vasco
Administrador Não Executivo	Gabriel Serafim Muthisse	-
Administrador Não Executivo	Basílio Nelson Zaquau	-
Administrador Não Executivo	Dino Mamudo Foi	-
Administrador Não Executivo	José Artur Gouveia Coelho Caetano	-

Na tabela abaixo encontram-se detalhados as transacções com partes relacionadas:

Descrição		2025	2024
Administração-Remunerações		15 579 190	29 607 764
Total		15 579 190	29 607 764
Descrição		2024	2023
Administração-Remunerações		29 607 764	21 080 184
Total		29 607 764	21 080 184

21. RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

21.1. Processo de Aquisição e Reabilitação do Edifício Sede

Durante o exercício de 2024, a Sociedade prosseguiu com o processo de aquisição e reabilitação de imóvel destinado às suas actividades operacionais. No âmbito da apreciação do processo pelo Conselho de Administração e parecer jurídico externo, foram identificadas determinadas questões de natureza procedimental e contratual relacionadas com o processo de contratação, incluindo aspectos associados à sequência dos actos administrativos, formalidades legais, contratação de serviços de gestão e fiscalização da obra, bem como determinados requisitos documentais e contratuais.

Os pareceres jurídicos apresentados indicaram a necessidade de regularização e harmonização de determinados procedimentos e instrumentos contratuais, incluindo a eventual revisão e integração de elementos contratuais adicionais. Foi igualmente referido que os actos praticados produzem efeitos jurídicos e que as situações identificadas poderão ser objecto de saneamento através dos mecanismos legalmente previstos.

À data de aprovação das demonstrações financeiras, a Direcção considera que não existem elementos suficientes que permitam concluir pela existência de uma obrigação presente que requeira o reconhecimento de provisão nas demonstrações financeiras. Não obstante, a Sociedade continuará a acompanhar a evolução do processo e eventuais impactos financeiros decorrentes da sua regularização.

21.2. Processos judiciais em curso

À data de 31 de Dezembro de 2025, a Sociedade encontrava-se envolvida nos seguintes processos judiciais:

a) Processo da Cervejas de Moçambique, S.A.

A ação judicial foi intentada pela Cervejas de Moçambique, S.A. relativamente às taxas cobradas pela Sociedade associadas à emissão de títulos (acções), tendo a referida entidade solicitado o reembolso do montante de **MZN 31 175 000**.

Com base nas avaliações jurídicas disponíveis e na informação prestada pelos advogados da Sociedade, a Direcção entende que existem fundamentos jurídicos que suportam a legitimidade das taxas cobradas, pelo que não foi reconhecida qualquer provisão associada a este processo nas demonstrações financeiras.

b) Processo de João Jotamo e Outros

A Sociedade encontra-se igualmente envolvida em processo judicial intentado por João Jotamo e outros, referente a pedido de reembolso no montante de MZN 2 627 840.

À data de aprovação das demonstrações financeiras, o processo encontrava-se em tramitação e a Sociedade aguardava desenvolvimentos adicionais e parecer jurídico atualizado quanto à probabilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao processo. Consequentemente, não foi reconhecida qualquer provisão nas demonstrações financeiras.

Responsabilidades com locação de imóveis

A Sociedade possui compromissos futuros decorrentes de contratos de arrendamento operacional celebrados no curso normal das suas actividades, conforme segue:

Senhorio	Periodicidade/Moeda	Sem IVA	Com IVA	Início	Duração	Até 1 ano	1 à 5 anos	Total
DOMUS	Mensal/MZN	650 324	754 376	01-jan-23	Renovável	9 052 512	45 262 560	54 315 072
GLIMO	Mensal/MZN	25 720	29 835	01-jan-22	Renovável	358 020	1 790 100	2 148 120
Total						9 410 532	47 052 660	56 463 192

22. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

No desenvolvimento das suas actividades, a Sociedade está exposta a diversos riscos financeiros, nomeadamente risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juro). A gestão destes riscos é efectuada pela Administração, através do acompanhamento contínuo das exposições, políticas internas e monitorização dos instrumentos financeiros utilizados pela Sociedade.

a) Risco de crédito

O risco de crédito corresponde à possibilidade de uma contraparte não cumprir integralmente as suas obrigações financeiras perante a Sociedade, originando perdas financeiras.

A exposição da BVM, SA ao risco de crédito decorre principalmente das contas a receber de clientes, dos investimentos em títulos do Estado e das disponibilidades financeiras mantidas junto de instituições financeiras. A gestão deste risco é efectuada através da monitoria contínua dos saldos em dívida, da avaliação, da qualidade, das contrapartes e do acompanhamento da recuperabilidade dos activos financeiros.

Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas por imparidade reconhecidas e representam a melhor estimativa da Administração quanto ao valor recuperável dos activos financeiros.

Exposição máxima dos activos financeiros ao risco de crédito por natureza da contraparte

(Valores expressos em MZN)

Tipo de contraparte	2025 (MZN)	%	2024 (MZN)	%
Estado Moçambicano (Bilhetes do Tesouro)	853 175 824	45%	1 301 983 336	66%
Instituições financeiras	301 275 765	16%	289 301 396	15%
Clientes e outras contas a receber	742 315 445	39%	387 473 087	19%
Total	1 896 767 034	100%	1 978 757 819	100%

Exposição à instituições financeiras

Banco / instrumento	2025	2024
Depósito a prazo – Standard Bank	50 000 000	-
Depósito a prazo – ABSA	150 000 000	-
Outros depósitos a prazo	-	188 042 398
Subtotal depósitos a prazo	200 000 000	188 042 398
Depósitos à ordem	101 275 765	101 258 998
Total	301 275 765	289 301 396

A Administração considera que o risco de incumprimento associado às instituições financeiras é reduzido, atendendo à natureza das contrapartes e à monitoria regular das disponibilidades e aplicações financeiras.

Antiguidade dos saldos de clientes

Antiguidade	2025 (MZN)	%
Menor que 30 dias	118 365 882	19%
Entre 30 e 60 dias	3 808 009	1%
Entre 60 e 120 dias	192 193 486	30%
Entre 120 e 180 dias	3 435 180	1%
Entre 180 dias e 1 ano	300 975 305	48%
Mais de 12 meses	13 808 227	2%
Total bruto	632 586 089	100%
Imparidade acumulada	(13 791 184)	
Total líquido	618 794 905	

Concentração do risco de crédito de clientes

A concentração do risco de crédito aumentou significativamente durante 2025, em resultado do crescimento dos créditos sobre a Direcção Nacional de Gestão da Dívida Pública (DNGDP), os quais representam 94,7% da carteira bruta de clientes em 31 de Dezembro de 2025. Em 2024, embora a DNGDP já constituísse uma contraparte relevante, a concentração era substancialmente inferior ao nível observado em 2025.

Indicador	2025	2024
Créditos sobre DNGDP	599 069 729	292 477 438
Bilhetes do Tesouro	853 175 824	1 301 983 336
Exposição total ao Estado	1 452 245 553	1 594 460 114
Exposição total ao risco de crédito	1 896 767 034	1 978 757 819
Concentração no Estado	77%	81%

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de a Sociedade não conseguir cumprir as suas obrigações financeiras à medida que estas se tornam exigíveis.

A Administração acompanha regularmente as necessidades de tesouraria através do controlo dos fluxos de caixa e da manutenção de níveis adequados de disponibilidades.

Em 31 de Dezembro de 2025, a Sociedade apresentava:

Indicador	2025 (MZN)
Caixa e bancos	1 154 452 306
Passivos correntes	67 376 001
Excesso de liquidez	1 087 076 305

O elevado volume de disponibilidades e aplicações financeiras permite à Sociedade cumprir confortavelmente os seus compromissos financeiros de curto prazo

c) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro corresponde ao impacto potencial das variações das taxas de mercado sobre os activos e passivos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade encontra-se principalmente associada a:

- Depósitos à prazo;
- Bilhetes de tesouro;
- outras aplicações financeiras remuneradas.

Durante o exercício de 2025 a Sociedade reconheceu rendimentos financeiros de **MZN 134 231 977**, resultantes essencialmente de aplicações financeiras. Consequentemente, alterações nas taxas de mercado podem afectar o rendimento financeiro futuro da Sociedade.

d) Risco cambial

O risco cambial corresponde ao risco de perdas decorrentes de flutuações nas taxas de câmbio associadas a activos, passivos e transacções denominadas em moeda estrangeira.

A Sociedade realiza algumas operações em moeda estrangeira, utilizando principalmente:

- Dólar americano (USD);
- Euro (EUR);
- Rand sul-africano (ZAR).

Risco cambial	USD	USD	ZAR	ZAR	EURO	EURO	MZN	MZN
	dez-25	dez-24	dez-25	dez-24	dez-25	dez-24	dez-25	dez-24
Activos financeiros								
Clientes	-	-	-	-	-	-	618 794 905	284 651 883
Outros activos correntes	-	-	-	-	-	-	123 520 540	102 821 204
Caixa e Bancos	-	-	-	-	-	-	1 154 452 306	1 591 284 732
	-	-	-	-	-	-	1 896 767 751	1 978 757 819
Passivos financeiros								
Empréstimos obtidos	-	-	-	-	-	-	301 107	139 480
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	10 256 669	12 224 336
Impostos por pagar	-	-	-	-	-	-	46 750 962	138 039 040
Outros passivos correntes	-	-	-	-	-	-	10 376 001	9 230 111
	-	-	-	-	-	-	67 376 001	159 632 967

A exposição cambial da Sociedade não é considerada material à data de relato, não existindo concentração significativa de activos ou passivos monetários em moeda estrangeira.

As taxas utilizadas na conversão foram:

Moeda	Compra	Venda
USD	63,27	64,54
EUR	74,28	75,77
ZAR	3,81	3,89

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre a data de relato (**31 de Dezembro de 2025**) e a data de autorização para emissão das presentes demonstrações financeiras, a Administração procedeu à avaliação dos acontecimentos subsequentes, nos termos das políticas contabilísticas aplicáveis e dos requisitos da **NCRF/IAS 10 – Eventos Após a Data de Relato**.

Com base nessa avaliação, a Administração concluiu que não ocorreram acontecimentos subsequentes que exijam ajustamento aos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em **31 de Dezembro de 2025**.

Contudo, foram identificados determinados assuntos de natureza operacional e administrativa subsequentes à data de relato, incluindo o acompanhamento de processos associados a investimentos estratégicos e matérias de natureza jurídica em curso, os quais, na avaliação da Administração, não alteram a posição financeira, o desempenho financeiro ou os fluxos de caixa da Sociedade à data de **31 de Dezembro de 2025**.

Adicionalmente, a Sociedade continua a acompanhar determinados processos relacionados com investimentos patrimoniais e assuntos jurídicos associados, incluindo processos de regularização documental, acompanhamento de obrigações contratuais e avaliação de responsabilidades potenciais. Com base nas informações disponíveis à data de autorização das presentes demonstrações financeiras, a Administração considera que não existem impactos financeiros materiais que requeiram reconhecimento ou ajustamento adicional nas presentes demonstrações financeiras.

Não obstante, a Administração continuará a monitorar a evolução destes assuntos e procederá ao respetivo reconhecimento e divulgação contabilística caso ocorram factos futuros que alterem a probabilidade ou a mensuração dos impactos associados. (**Nota 21**)

24. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras não foram aprovadas até a data de emissão do presente relatório.

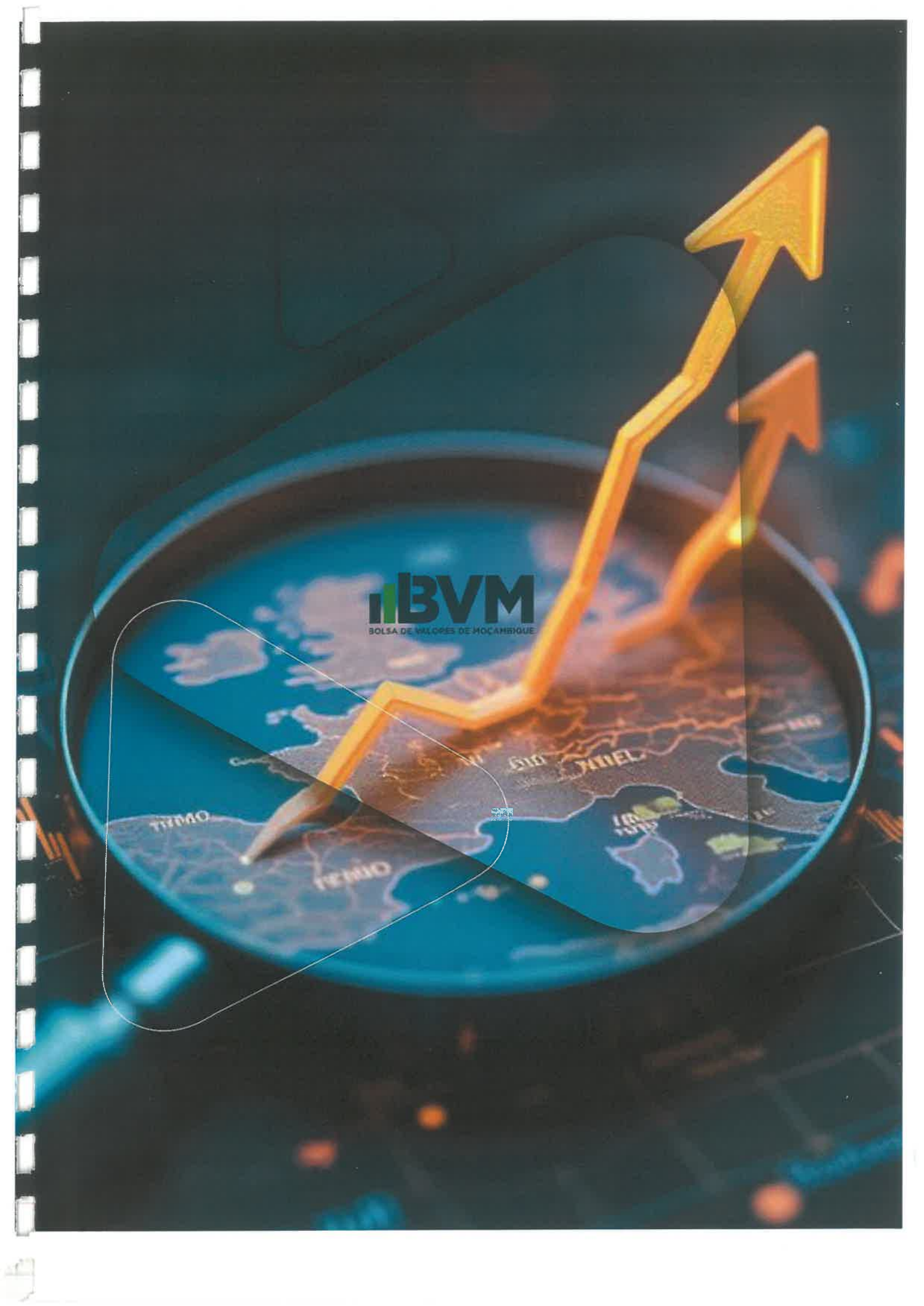
25. CONTINUIDADE DAS OPERAÇÕES

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade das operações, o qual assume que a Sociedade continuará a operar no futuro previsível e a realizar os seus activos e liquidar os seus passivos no decurso normal das suas actividades.

Em 31 de Dezembro de 2025, a Sociedade apresentava uma posição financeira sólida, evidenciada por disponibilidades financeiras significativas, níveis reduzidos de endividamento e capital próprio positivo de MZN 2 405 932 047, não existindo indicadores que coloquem em causa a capacidade da Sociedade de continuar a operar no futuro previsível.

Não obstante, a Administração reconhece que uma parcela relevante das receitas da Sociedade continua associada à prestação de serviços relacionados com a emissão, colocação, registo e gestão de títulos da dívida pública. Consequentemente, alterações na estratégia de financiamento do Estado ou uma redução do volume de emissões de títulos transaccionados através da Bolsa poderão influenciar o nível de receitas futuras da Sociedade.

Neste contexto, a Administração tem vindo a promover iniciativas destinadas à diversificação das fontes de receita e ao desenvolvimento do mercado de capitais moçambicano, incluindo a dinamização do mercado accionista, o incentivo à emissão de obrigações corporativas, a introdução de novos instrumentos financeiros e o fortalecimento dos serviços prestados aos participantes do mercado.



The image shows the cover of a report from BVM (Bolsa de Valores de Moçambique). The background is a dark blue map of Mozambique, with labels for 'TITMO', 'SID', 'TUEL', and 'LIG TUEL'. Overlaid on the map is a large, stylized orange line graph that trends upwards from the bottom left towards the top right. The graph has several peaks and valleys, suggesting market fluctuations. The BVM logo, consisting of three vertical bars of increasing height followed by the letters 'BVM', is positioned in the center. Below the logo, the text 'BOLSA DE VALORES DE MOÇAMBIQUE' is written in a smaller font. The overall design is modern and professional, with a focus on financial data and geographical context.

BVM
BOLSA DE VALORES DE MOÇAMBIQUE